
Politica



1 9 2 9

Ano I

N.º 4

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (P. D. U. L.)

EDITOR — *Fialho Barreto* (E. S. M. V.)

PROPRIEDADE — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.ª (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Inglesa, L.ª — Rua Eugénio dos Santos, 118 — LISBOA

SUMARIO

28 de Maio	<i>C.</i>
manhãs de Roma.	<i>Pequito Rebelo</i>
politica Academica — Esclarecendo . . .	<i>João Ferreira Pedroso de Lima</i>
a Anti-Nação	<i>Ruy d'Almeida</i>
a Realza de D. Miguel	<i>R. d'A.</i>
ao Ritmo da Ampulheta	

ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e Ilhas	10\$00
Provincias Ultramarinas	15\$00
Estrangeiro	20\$00

Numero avulso 1\$50

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

Política

REVISTA QUINZENAL

ORÇÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director — A. de Mendonça-Dias (P. S. U. L.)

Lisboa, 5 de Junho de 1929

28 de Maio

A ORGIA PARLAMENTAR E A NAÇÃO. «A PÁTRIA ESTÁ DOENTE», CAUSA E EFEITO. — OS SOLDADOS DO BOM COMBATE. NÓS E A DITADURA. — AOS NOSSOS IRMÃOS OS SOLDADOS DE TERRA E MAR.

HAVIA seguramente mais de um mês que se agravára o espectáculo imoral e indecoroso, que o Parlamento estava dando ao país.

As sessões da *única alta representação da soberania nacional* (empreguemos o calão liberalista) decorriam numa baixeza a um tempo irresistivelmente cômica e trágicamente triste.

O Governo, numa votação de confiança, obtivera um voto de maioria — e ficára.

Eles, os altos representantes da vontade nacional, os pais da Pátria, antigos ministros do Estado, altas patentes do exército republicano e da armada republicana, professores do alto magistério oficial, igualados, nivelados a quanta mediocridade para lá atirara o bambucha eleiçoira, davam-nos a todos nós, seus subordinados ou seus alunos, e às classes menos cultas da sociedade portuguesa, um exemplo perigoso e pouco edificante.

As sessões seguíam-se uma após outra, sem uma nota única de elevação mental, ou de dignidade cívica.

Que importavam ao Parlamento, suprema consubstanciação do regime, o interesse nacional e o bem público?

Divórcio completo entre o Estado e a Nação! Estado inimigo da Nação!

Que os mais instantes problemas nacionais aguardassem indefinidamente; o que importava, o que era necessário era decidir, não a melhor solução para a questão dos tabacos, mas *quem negociaria os tabacos*.

POLITICA

A quadrilha que os negociasse teria por largo tempo posta a mesa orçamental.

Eram centenas de filiados a obter, a tróco dos depósitos; era o ouro do empréstimo sobre as receitas dos tabacos a comprar a consciência dos eleitores.

E por todo o país que honradamente trabalha e produz, votado ao mais completo desprezo e abandono, o batuque desenfreado da orgia parlamentar soava como um sarcasmo, lançado pelos algozes, sobre as dores e males que afligiam a Nação.

Tempos antes, o homem que tem hoje sobre os seus ombros as responsabilidades dos destinos da tentativa de salvação nacional, a que o exército se abalançou, exclamára do alto da sua tribuna de promotor de justiça, nos julgamentos da Sala do Risco: «a Pátria está doente».

Que a causa da **doença** da Pátria era o regimen parlamentar (passe o suave eufemismo) bem o mostrou compreender o exército, encerrando, à voz da Nação, o palco de S. Bento.

Só porque o tempo apaga, às vezes cruelmente, a memória dos homens, é que a traço embora largos e fracos, evocámos um passado que esperamos não voltará, para honra e **saude** da Patria.

Se o exército nacional consentisse em que se restaurasse o regimen parlamentar, teria iludido a esperança que nós temos por a Nação numa hora de angústia, porque é uma verdade axiomática que *à mesma coisa correspondem inevitavelmente os mesmos efeitos.*

* * *

Se o mal, porém, pareçera atingir nesses dias sombrios o paroxismo, confessemos no entanto que muito de longo vinha. *Mal que de longe vem...*

Quebrámos em 1820 a nossa natural evolução, a qual já sofrera por vezes darras sempre funestas. Quebra que tóda a Inteligência portuguesa condenou, ainda a que mais sacrificou aos ídolos e mitos que nos pervertiam. Os próprios doutrinizadores do desvalre fizeram o *parvum in se*, quando, no silêncio das suas consciências, puderam falar as vozes do sangue e do bom senso.

Mal que de longe vem...

Mal que, na frase justiceira e feliz de Malheiro Dias (4), nós agudamente diagnosticámos.

Sem o nosso esforço desbravando o caminho, derrubando os ídolos e mitos, reabilitando e impondo às consciências em nome da Verdade e do supremo e sagrado interesse nacional, as verdades eternas, à luz das quais Balzac dizia escrever, a Ditadora Militar Nacional não teria sido possível.

Nós fomos, pois, nos domínios do espirito e da intelligência, e que o exército português foi no domínio dos factos, pela jornada admirável

de 28 de Maio: os soldados do bom combate pela maior glória, honra e grandeza de Portugal.

E assim e só nisso, em tudo quanto a Ditadura fizer de reabilitação da Autoridade, em tudo quanto fizer, como já disse Rolão Preto, de verdadeiramente nacional, ter-nos há a seu lado, quer ela queira, quer não.

Somos os primeiros a reconhecer que já é longo o caminho percorrido: reabilitou-se o crédito da Nação, repararam-se as estradas, melhoraram-se os caminhos de ferro, equipou-se a pouco e pouco o exército, etc.

Mas, confessemos também, que êsse muito é ainda bem pouco. Não confundamos o formal com o essencial. E' necessário estabelecer de vez a Ordem Nova. Tratar das feridas e não curar o mal, de bem pouco valeria.

E' necessário que o mal não volte. E' preciso propor e preparar a Nação, para os altos destinos que Deus, porventura, lhe tenha ainda reservados.

* * *

Soldados de terra e mar, nossos irmãos no bom combate por um Portugal português!

Que o incêndio que o sol daquele memorável dia 28 acendeu nas vossas laionetas, seja o clarão anunciador da alvorada, que de vês termine a longa noite de um século, em que tem vivido sepultada a Terra Portuguesa.

Se algum de vós sacrificasse ainda ao liberalismo, traição e mentira à Nação e à esperança que em vós ela põe.

Quem estiver preso aos Mitos, e não puder ou não souber libertar-se d'êles e não quizer trair a Ditadura e a Nação, tem que trair os Mitos.

Para salvar a Pátria fêz Egas Moniz o maior sacrifício que um homem pode fazer: o sacrifício da sua honra.

Entre os Mitos causa da nossa ruína e decadência — e a honra e grandeza da Pátria, não hesitareis por certo!

Que a vossa lei suprema, soldados portugueses, seja a lei do interesse nacional e... "adiante por sobre os cadáveres".

C.

(9) — in Exortação à Mocidade.

manhãs de Roma

A cordes de uma banda militar que passa vem despertar-me, como a cantar em tom festivo, que é hoje o «Natal de Roma». O meu espírito acolta o convite excitante e, levantando-me de salto, depressa me encontro na buliçosa e luminosa rua. Onde ouvir missa, visto ser domingo? Não hesito, neste primeiro Domingo da estada em Roma, em correr a S. Pedro; um automovel qualquer em alguns minutos me transporta nessa rápida viagem em que atravesso uma fronteira, a que separa a Itália da Cidade Vaticana. O que é importante e impressionante, porém, mais do que a fronteira novíssima, apesar do seu altíssimo significado, é a sensação eterna da Praça de S. Pedro, no seu venerando equilíbrio, na sua perena beleza, na sua acolhedora paz.

Ao entrar ali, o olhar vai-se quebrar na fachada da Basílica, recebendo o espanto da sua magestade equilibrada, mas magnífica, dominando, aniquilando as rastejantes massas humanas que a contemplem; sensação de quasi dolorido assombro que logo se atenua e dulcifica quando atentámos nas arondas circulares que, como dois braços em amplitude, se destacam da gigantesca mole e vem circunscrever o espaço em gesto maternal e acolhedor... Esse gesto amplo e bom esclarece-nos sobre o verdadeiro sentido daquela força angusta do monumento, força que defende o Espírito, que protege a alma; e este espaço, fechado harmoniosamente, dá-nos fortissimamente a sensação do abrigo, do porto de mar defendido das tempestades e dos sorvedouros. As fúrias infernais do mar da vida aqui se desarma a caridade da Igreja, simbolizada nessas arcarias protectoras avançando contra a tormenta; mas se alguma vez essas tempestades passarem por cima das obras avançadas do Amor, por fim se virão quebrar irremissivelmente contra a muralha da Fé, simbolizada na frontaria da Basílica, forte e equilibrada como o dogma, como éle ao mesmo tempo racional e transcendente.

Mas já deixando atraz de mim a vasta praça cheia de sol, com seus repuxos cantantes e tóda a piedosa e mansa alegria que nela paira, eu piso o sagrado limiar e penetro no interior da basílica e mais uma vez contemplo a sua matéria preciosa—mármore e ouro,—a sua forma maravilhosa, arquitectura de Miguel Angelo, escultura de Bernini, e cooperação de tantos mestres unindo o seu esforço na gigantesca obra-prima.

A impressão estética da entrada na basílica não enfraquece com o tempo, parece-me sempre tão forte como da primeira vez. Ou melhor se me aigura que tódas aquelas pedras ali foram postas no seu divino ordenamento naquele próprio instante, como se o maravilhoso edificio ali tivesse acabado de surgir do nada e tóda a sua formosura brilhasse contente de si mesma no deslumbramento e na gratidão de se ver creada.

O pavimento liso e extenso alonga-se quasi como um horizonte e o espaço que encerram aquelas superfícies arquitectónicas é de uma ordem de grandeza evidentemente muito superior à grandeza do homem. Como e tá vasta a vasta basílica, apesar dos numerosos grupos que a percorrem em todos os sentidos! Que este templo não foi feito para homens, mas sim para multidões cosmopolitas e éle verdadeiramente só me parece alguma coisa de vivo, por exemplo, nas cerimónias das canonisações, quando toda a humanidade está ali representada por variada e ondulante multidão, quando o Papa avança ou está no seu trono, cercado da gerarquia rutilante, adornado das mais altas belezas da liturgia, quando as trombetas de prata elevam, sob a cúpula, um clangor tão alado e ascensional que parece por força vão despertar o oco dos angélicos coros.

Hoje está vazio das espessas multidões para que foi erguido o Templo único; e eu procuro não o esquecer, para não cair na banal e falsa afirmação da decepção de piedade que muitos dizem encontrar em Roma.

Como se Roma não fôsse o centro de toda a catholicidade, onde decerto a nossa piedade não pode excitar-se com a comoção ingénua e delicada das capelinhas simples e dos humildes mosteiros, mas que, em compensação mais do que bastante, é a força tutelar que permeia, que alimenta, que protege, por todo o mundo, todas os altares da comovida piedade cristã. Roma tem decerto um esplendor de fé, um reflexo divino, de que se não tem a percepção immediata pela simples razão de que essa irradiação vai projectar-se ao longe, por todo o mundo, e a curta distância tem uma intensidade que deslumbra, que ofusca: dêsse esplendor pode ter-se uma noção intellectual, e não directamente uma impressão sensível. Na missa a que assisti, no altar ornado com a fina reprodução em mosaico da Transfiguração de Raphael, a minha oração começou a dirigir-se insensivelmente para objectivos altos e universais como o proprio ambiente da Basílica. Esquecia-me de mim, e dos pequenos interesses da minha alma individual; o meu espirito sentia-se sem custo atraído aos altos ventos do destino providencial das nações e do mundo; evocava a pátria distante, chamava ali a rezar comigo o reino antigo feudatário dos Papas e cristianissimo dilatador da Fé com o Império; stirava a minha fantasia para mais alto e imaginava o Papa, tão perto materialmente, mas tão distante nas alturas da gerarquia, tão perto de Deus, tão longe dos homens, tão solitário porque não tem no mundo outro homem com quem reparta o peso tremendo do seu encargo e, pensando tudo isto, humildemente oferecia a minha oração unindo-me em espirito ao Supremo Pastor; finalmente, rememorando na última maravilha da Providência na história — a reconciliação religiosa do Estado italiano — dava graças por tamanha bênção de Deus que desceu sobre a Itália e sobre o mundo; e pensei que esse histórico facto é de um immenso significado, sobretudo porque representa o sinal cristão

POLITICA

impresso na ordem nova, na nova forma de civilização que o fascismo trouxe à Itália e ao mundo latino, e ao planeta de que o mundo latino será sempre a metrópole; prometendo torrentes de vida moral e de exaltação espiritual à Roma nova, primeiro erguida como muralha defensiva à nova barbarie bolchevista, depois erguendo construtivamente, segundo as regras eternas, novos abrigos à cultura.

* * *

Depois da missa ouvida às 8 horas, ainda me resta grande parte da manhã.

Corro a atravessar de novo a fronteira e faço conduzir-me a um grande espectáculo civil, depois das profundas impressões religiosas de uma Missa em S. Pedro.

Só Roma, a grande metrópole, com sua complexa estrutura, nos pode oferecer esta successão de nobres espectáculos que elevam a alma e educam o espírito.

Estão as ruas tomadas por tropas e é preciso fazer um grande rodeio além do Tibre para poder entrar na zona preparada para a grande celebração do Natal de Roma. Como convém, esta celebração consiste numa grande parada de forças armadas e enquadradas, pois Roma agora já não se esquece que os seus dois atributos históricos são a Ordem e a Força. Mussolini vai passar em revista as milícias fascistas, os avanguardistas e os ballila (organizações voluntárias juvenis e infantis) e núcleos do exército do terra, do mar e do ar.

Em seguida grande desfile de todas as forças. Por fim, na vasta planura do Parioli, a grande cerimonia da promoção dos milhares de avanguardistas que chegam à idade de passar à organização das milicias. Cada um recebe no acto uma espingarda e um livro — *libro e moschetto, fascista perfetto*. Quinze mil jovens voluntários fascistas vieram para este efeito, de toda a Itália, acampar sob os muros de Roma. No meio do povo, atraz de uma espessa cohorte de fascistas veteranos, capacetes de aço, camisas negras, espero a passagem do Duce.

Há em toda a gente um ar de expectação, que não é o dos espectáculos de divertimento popular, antes uma nota severa, grave, verdadeiramente romana, parece acompanhar estes momentos de patriótica communhão. Aviões, hidroplanos, concorrem à parada em grandes massas; ei-los que passam e prepassam, nas suas formaturas simétricas, ostentando as suas formas bizarras, fazendo soar os seus motores poderosamente ofegantes; quando passam, em rigoroso alinhamento, sobre as nossas cabeças, parece-me vê-los que vão desdobrando atraz de si sobre a terra italiana, um protector, um inviolavel manto de garantia, de defesa contra os azares tristes da guerra. (E penso: quando estará o meu português igualmente povoado destas águas benéficas?)

Agora, chega o Duce, a cavallo, vestido de generalissimo fascista,

no gótro erguendo-se um direito e alto penacho branco, a que parece vão pressas as palavras do célebre mote: «Se avanço, segui-me; se recuo, matai-me; se morro, vingai-me!» E' belo o cavalo que monta, laçado o estado-maior que o circunda, severas camisas negras, brilhantes uniformes.

A' passagem, o nino fascista «Giovinezza, Giovinezza, Primavera di bellezza!» vai-se erguendo em crusosendo, os corpos imobilizam-se, os braços levantam-se na saudação romana.

Agora passa o Duce mesmo deante mim, a alguns metros, vejo a sua forte máscara pálida, e o olhar profundo na expressão de prescrutar a força da sua Roma a revelar-se ali naqueles cohortes. Quando passa, a muralha viva de veteranos fascistas adiante de mim, saúda: os chefes levantam o braço direito à romana, os soldados levantam-no também, mas armado do punhal, a prumo, com a ponta para baixo, como pronto a justificar os inimigos da pátria; e das bocas sai a varonil saudação: Eia! Eia!

Depois o desfile: onde vais, tão garbosa, na severa elegância das tuas camisas negras, ó juventude italiana, na beleza da tua primavera, a que campo de batalha vais para ser esifada, na heroica defesa da tua pátria e da nossa comum civilização latina? Que Deus te acompanhe no teu nobre e heroico voluntariado e que o sangue português não se des-honre, estando ausente das futuras batalhas pela civilização onde tu estarás presente, bem armada, bem preparada!

Agora o Duce galopou na planície vasta em que todas estas legiões ostentam a sua massa compacta e interminável; a corimónia sóbeia, impressionante da promoção dos avanguardistas à milícia; breves, fortes palavras de proclamação saem da boca do Chefe e parece se veem cair na alma de cada soldado, pois é quasi visível a maravilhosa unidade de espirito desta multidão palpitante de vida e energia; por fim os braços se erguem, as bocas e os metais estrondeiam na formidável aclamação. Espectáculo insalvável aquele! A planície imensa sustentava aquela enorme massa humana, rumberosa e vibrante, como produto seco, como terra que oferta a sua seara; a Terra-Mater romana como que afirmava ali a sua perene fecundidade produtora de gente forte e imperial. E Mussolini, que eu distingo perfeitamente, olha o espectáculo com expressão de júbilo profundo mas singular, como se fosse aquela atmosfera de glória o ar natural que sempre desejariam aspirar os seus pulmões: como o maior dos romanos, Mussolini, ali vê premiada a sua fé porque Roma ali está deante dele, reconstruída, nessas muralhas vivas de juventude armada, estreitamente unida como os felizes *libérios*, audaciosamente combativa como as *aguias imperiais!*

JOSÉ PEQUITO REBELLO

politica

■ ACADEMICA ■

ESCLARECENDO . . .

Do nosso amigo e ilustre presidente da Associação dos Estudantes do I. S. C., Sr. Pedrosa de Lima, remette-se o artigo que segue e a que esta prazêr damos a devida publicidade.

Nada tenho com os pontos de vista que o nosso amigo entende dever expôr em defesa da sua causa e mais sua sã repetição que esta causa é para todas as estudantes, comarcadas no adrecedório. Se em vista da questão que Pedrosa de Lima ora levanta se estabelecer controversa e a entesimansa necessária, a seu tempo esperamos o que sobre o assunto se nos oferecer.

N. de R.

ERA minha intenção aguardar a conclusão da série de artigos que o Sr. Carlos da Cunha e Vasconcelos vem publicando na «Seara Nova» sobre Política Externa, para então sobre eles formular algumas modestas observações.

Como porém no terceiro e, até ao presente, último artigo, publicado há já mais de um mês, se fazem afirmações mais ou menos gratuitas sobre a preparação obtida nos Institutos Superiores de Comércio para o desempenho de funções diplomáticas e consulares, não demorarei por mais tempo a publicação do que sobre o assunto se me oferece dizer, limitando porém as minhas considerações aos três artigos publicados e mais especialmente ao último.

No que até agora se acha publicado, afigura-se-me que nem sempre se encontra aquela unidade de vistas, indispensável na determinação da solução preconizada para o problema do recrutamento dos nossos representantes externos.

Julga o articulista — no qual se adivinha um futuro licenciado em Direito — justificáveis até certo ponto os murmúrios que frequentemente se ouvem sobre a aparente incompetência da parte do nosso pessoal de representação externa.

De facto, a nossa Secretaria de Estado dos Estrangeiros parece cumprir mal a missão que lhe compete adentro do mecanismo estadual.

Uma das causas apontadas no primeiro dos citados artigos é a persistência da nossa parte em não queremos compreender as novas doutrinas que a Grande Guerra nos trouxe sob os mais variados aspectos e especialmente impondo aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros como primordiais, funções até então consideradas secundárias. Estamos

pois de acôrdo em que a lição dos factos nos aconselha mudança de orientação...

Põe o Sr. Carlos de Vasconcelos como fundamental a questão do recrutamento do pessoal técnico, concluindo pela admissão *exclusiva* dos licenciados em Direito. Para defesa de uma tal opinião, o articulista começa por afirmar que as palavras iniciais do relatório de que veio precedida a reforma Veiga Simões, onde se contem frases como esta «a interdependência económica dominando as relações entre os povos encorram um exagêro que os factos se tem encarregado de corrigir. Quaes os factos em sentido contrário?

Prosseguindo, concede, em duas escassas linhas, que o agente diplomático moderno deva possuir *esplendemente* as sciências económicas, para logo insistir duma forma demasiado notória, nos problemas de ordem jurídica que largamente exemplifica. Em que ficamos, Sr. Carlos de Vasconcelos? Qual afinal das funções a primordial, a económica ou a jurídica?

Afirma ainda possuírem os diplomados pelos Institutos Superiores de Comércio uma rudimentar cultura jurídica, pois que o conjunto das cadeiras ali professadas nem sequer equivale ao do primeiro ano das Faculdades de Direito. Em que elementos se baseia o Sr. Vasconcelos para fazer uma tão ousada afirmação? Para que estabelecer tão capciosamente paralelo entre objectivos fundamentalmente diferentes?

E acode vão os licenciados em Direito buscar *esplendemente* as sciências económicas? O facto de possuírem uma licenciatura em sciências económicas, quanto a mim, nada quer dizer, pois é do conhecimento geral quanto essa designação é imprópria por demasiado vasta, visto que com carácter essencialmente económico apenas possuem quatro cadeiras e dois cursos de seis meses!

Em seguida, porém, afirma que *talvez* as Faculdades de Direito não bastem para a *indispensável* preparação técnica do agente diplomático, mas logo torna a investir para afirmar ser ainda mais deficiente a preparação obtida nos Institutos Superiores de Comércio.

E num rasgo de intelligência, para corroborar a grande afirmação que vem de fazer, relata o facto de um funcionário consular, diplomado pelo Instituto Superior de Comércio, lhe haver um dia perguntado para que servia o conselho de família! Isto lhe bastou para aquilatar do valor da escola?!

Pois eu sei de um funcionário da carreira, bastante conhecido e licenciado em Direito, que vma vez, em presença da pauta dos emolumentos consulares, fez esta pergunta: então carboneto e carbonato não são a mesma coisa?

Conclusões não vale a pena tirar!

Seria, agora, altura de falar largamente na instrução commercial indispensável a uma eficaz representação externa. Limite-me, porém, a transcrever as conclusões da tese unanimemente aprovada na Conferência

POLITICA

Parlamentar Internacional de Comércio, reunida em Lisboa em Maio de 1921.

La Conférence Parlementaire Internationale du Commerce enet le vra :

I — *Que l'intensification de l'enseignement commercial supérieur soit considérée comme condition indispensable de l'expansion économique.*

II — *Qu'on exige du personnel diplomatique et consulaire une haute culture commerciale pour pouvoir agir avantageusement au point de vue de la politique économique internationale.*

Não encontro pois, muito sinceramente o afirmo, razões para que se faça a admissão exclusiva dos licenciados em Direito, pelo contrário, pois aquele exclusivismo a conceder-se só viria reforçar o critério doentico e nefasto de considerar enciclopédico o licenciado em Direito.

Tal, porém, estou certo, não se dará.

* * *

«O Ministério dos Estrangeiros tem sido até agora, e apesar da boa vontade dos raros reformadores do seu estatuto orgânico, pouco mais do que um órgão *transmissor*. Urge transformá-lo sobretudo no fiel da balança económica, regulador máximo da entrada e saída de valores em Portugal, a um tempo fomentador da produção e da expansão e válvula de segurança de importação. As relações entre os povos fazem-se hoje em função dos interesses económicos que os afastam ou aproximam. País com largos interesses dessembrados no globo, temos de dar-lhes orientação por um organismo único, dotado com uma organização que corresponda ao seu fim, servido por pessoal preparado ao desempenho das funções que nêle lhe caibam».

Estas palavras, escritas há já oito anos, no relatório que precedeu uma das muitas reformas da Secretaria de Estado dos Estrangeiros, podem ainda hoje, sem esforço algum, empregar-se.

Portugal é sem dúvida o país que menor, número de tratados de comércio possui! E' espantosa a ignorância do verdadeiro sentido das realidades económicas, revelada nos nossos acordos comerciais. A acção dos diplomatas e cônsules que, nos outros países, tão benéficamente se faz sentir na sua política de exportação, corresponde entre nós a inexistência quasi absoluta de funcionários capazes de zelar os interesses comerciais do país.

A perda sucessiva dos nossos velhos mercados é tanto mais assustadora quanto é certo que em matéria de captação de novos nada se tem feito.

Só no dia em que o Ministério dos Negocios Estrangeiros tiver um carácter essencialmente económico e comercial poderá dar aquele rendimento que é justo esperar de tão dispendioso organismo.

JOSÉ FERREIRA PEDROSO LIMA

a Anti-Nação

XX

A MAÇONARIA, O PATRIOTISMO E O DEVER MILITAR

MOSTRÁMOS já, por um ligeiro apanhação de factos e por abonações autorizadas, sobre a mentalidade anti-nacional dos portugueses de 1890 para cá, a existência de uma conspiração de portugueses contra Portugal.

Afirmámos, sem o termos provado explicitamente, ser a Maçonaria o cérebro inteligente e consciente dessa conspiração, de que a maioria dos maçons portugueses são mero instrumento inconsciente. (1)

E, para que tal afirmação não pudesse ser tomada como inteiramente descaravel, ou facciosa, apresentámos, destacando-o devidamente e despido de comentários, o texto do art.º 7.º da constituição maçónica. (2)

Em toda a sua simplicidade o texto desse artigo é terrivelmente claro.

Tendo o Estado o dever de zelar a independência e interesses da Pátria, nenhuma sociedade, quaisquer que sejam os seus intuitos, pode ficar fora do seu controlo. Por esse justo motivo todas as legislações proibem as sociedades secretas. Pois bem, há em Portugal uma sociedade secreta, que além de só por si poder representar um perigo para a segurança nacional, o representa de facto, pois embora constituída por umas centenas de portugueses apenas, não reconhece a soberania do Governo Português, qualquer que seja a forma política do Estado.

Poderemos, honestamente, dar a esses homens que se não reconhecem súbditos de Portugal o nome de portugueses, só porque nasceram na nossa Terra e falam a nossa Língua?

(1) — A muitos leitores porventura já com algumas conhecimentos da questão maçónica poderá parecer este artigo infinitamente suave.

Prometi porém no artigo anterior que seria sereno e quero sê-lo.

Embora (passe a ilusão) estes artigos sejam endereçados a todos os portugueses patriotas, destino-os em especial aos maçons portugueses que como já disse ainda guardem sem prevarição o amor da pátria. Prefiro que toda a violência que poderia por nestas linhas brotar expostiva do peito desses portugueses ao conhecerem o logro infame em que caíram e como tem sido instrumentos dóceis e inconscientes nas mãos de inimigos de Portugal.

(2) — *O Gr. Or. Lus., Un. Sup. Com. da Maç. Port.*, só reconhece a **soberania** da sua associação aos distíngos de rito. — in Boletim Oficial do Grande Oriente de 1 de Julho 1919 composto e impresso na "Imprensa Moderna" — R. Cândido dos Reis, 91 — Porto.

Mas o que é o povo maçónico cuja soberania é a única que o Gr. Or. reconhece?

Será o conjunto dos maçons portugueses?

E' ainda a própria Constituição do Gr. Or. que nos vai esclarecer. Basta para isso meditarmos nos art.^{os} 1.^o e 4.^o.

* Art.^o 1.^o — *A maçonaria é uma instituição internacional essencialmente humanitária e altruista, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica politica ou religiosa.*

Art.^o 4.^o — *Sendo universais os fins da maçonaria, os maçons de todos os países formam uma e mesma familia, e os seus membros dão-se o tratamento de irmãos.* (1)

O povo maçónico é, portanto, formado, na sua maioria, por estrangeiros (não portugueses). O Supremo Conselho da Maçonaria portuguesa só reconhece pois a soberania d'esses estrangeiros, e isto contra e acima da soberania do Estado português.

A seu tempo, veremos porém, que isso do Gr. Or. reconhecer a soberania do povo maçónico, tomando poro maçónico como o conjunto de todos os maçons, ainda é uma das mais extravagantes patranhas em que acreditam os maçons que ainda não adivinharam, ou a quem ainda não tenha sido revelado o segredo maçónico.

A soberania única que na realidade o Gr. Or. reconhece serve e acata, acima e contra a do Estado português, é outra e inimiga até da generalidade do próprio povo maçónico.

Bastou pois a própria constituição maçonica para demonstrar, se dezenas de factos da historia moderna e até contemporanea e não tivessem provado já exuberantemente, que a maçonaria é inimiga de Portugal a ponto de nem reconhecer a soberania do Estado português.

Ser maço é pois o antonismo de ser patriota.

Pergunto agora, se a nenhum português é licito exercer a sua acção contra a soberania e interesses da sua pátria, como pode ser maço um militar que jura pela sua honra defender a bandeira do seu pais?

Entre o dever maçónico que o manda reconhecer a soberania da sua Nação e o seu dever profissional que o manda derramar o seu sangue em defesa dessa soberania ha pois um antagonismo terminante e irreductivel.

Não julgásemos porém que este antagonismo seja um caso meramente teórico não chegando nunca a realizar-se na pratica.

(1) — Chamemos a attenção dos nossos leitores para a forma vaga e nebulosa de todos os escritos maçónicos. Parecem feitos de propósito para desmentir um conhecido rife. Nelles a Verdade tem densidade muito superior à do azeite e até à da água ou por outras palavras num lado se põe o ramo no outro se vende o vinho.

Assim o art.^o 1.^o da constituição maçonica define a maçonaria, isto é, diz o que é a maçonaria. Pois bem, leia-o o leitor as vezes que quiser, nem por isso ficará sabendo o que é a maçonaria.

A não ser que...

Basta abrir a História de Portugal para lhe termos a confirmação retumbante. A quando das invasões francesas, em todas as lojas maçônicas portuguesas collocava-se o busto de Napoleão (o chefe supremo dos invasores) com a legenda: *Salut et respect pour l'Empereur!* E uma deputação maçônica de que fazia parte Gomes Freire ia ás portas de arroyos cumprimentar Junos.

A quando das invasões de Massena foi ainda Gomes Freire consultado sobre o plano da invasão e os seus companheiros viriam ensinando ao general francês os caminhos de Portugal. (1)

Modernamente tem-se feito alguma luz sobre as origens da guerra mundial, para o que não pouco tem servido o processo do atentado de Serajevo, que as preocupações da grande guerra tinha feito passar de-aquosphido. Que a Grande Guerra teve entre outras consequências a queda dos troncos dos países centrais, é incontestavel. Que para o objectivo maçônico a queda dos troncos é um meio, indispensável vê-lo hemo a seu tempo. (2) Conta Ludendorff (3) que foi generalissimo dos exércitos alemães, que o franco-mação Kothner, da grande loja territorial da Alemanha, fôz nas várias lojas alemãs nos anos de 1911-13 descobertas que o emocionaram profundamente. Tive a prova, disse Kothner, que a franco-maçonaria preparava qualquer coisa de terrivel contra a Alemanha. Ouvir certas referências imprudentes, que me fizeram entrevêr o plano do assassinato do arquiduque Francisco-Fernando, da guerra mundial, da queda dos troncos e dos altares e de tudo o que depois succedeu.

Senhor destas revelações, Kothner expo-las ao grão-mestre conde Dohna Schlodien, na persuasão de que obteria uma ruptura decisiva das relações com as grandes lojas estrangeiras e algumas alemãs, mas obteve esta unica resposta: **Não ha senão uma Franc-maçonaria.**

E parámos por hoje. Compreende-se pois, o especial cuidado que Mussolini poz na resolução da questão maçônica em Italia.

Entre nos a tentativa admirável de 28 de Maio, partiu do anelo nacionalista dos jovens officiaes.

No entanto, a marcha da Dictadura militar tem sido lenta. É que a bravura e a lealdade da juventude militar, esbarrou na montanha enorme da inércia e dos atritos maçônicos...

Ruy d'Alvareys

(1) — In An principio era o verbo.

(2) — Não se infira daqui que o objectivo maçônico seja o estabelecimento da forma republicana do Estado. A preferência aparente da Maçonaria pela República é ainda e tambem um meio. A legítima illusão de muitos republicanos a esse respeito merece-nos a maior compaixão.

A seu tempo veremos que entre o objectivo maçônico e o Ideal Republicano há um antagonismo tão irredutível como entre o Ideal maçônico e o Integralismo Lusitano.

(3) — Ludendorff: Die Vernichtung der Freimaurerei durch Enthüllung seiner Geheimnisse, II ter Teil, pg. 170 e seg., Mních 1928

a Realeza de D. Miguel

MAIS uma vez aconselhamos aos nossos camaradas e amigos este notável livro de D. Miguel Sotto-Mayor, agora reeditado e que já se encontra à venda em todas as boas livrarias.

Num prefácio admirável, o nosso ilustre camarada Sr. Dr. João Ameal faz um interessante estudo sobre a vida e obra de D. Miguel Sotto-Mayor e simultaneamente refuta com precisão, lógica e fina ironia as *fantasias* do Sr. Conselheiro Luíz de Magalhães no seu paradoxal «Constitucionalismo e Tradicionalismo».

É vasta e pouco conhecida a obra de D. Miguel Sotto-Mayor, e a avaliar pelo trabalho agora reeditado, bem mereceria os nossos agradecimentos e um grande serviço prestava à causa da Verdade política portuguesa, quem se propuzesse reeditá-la toda e muito em especial a «História da extinção das Ordens Religiosas em Portugal, «O Marquês de Pombal—exame, história e crítica da sua Administração» e o «Dicionário dos Músicos portugueses.»

Não resistimos à tentação de transcrever algumas passagens do capítulo I.º de «A Realeza de D. Miguel», por onde os nossos amigos verão que não exagerámos ao exaltar o valor deste livro.

.....
Mas quem era este legítimo herdeiro? ... D. João VI deixou dois filhos varões. O mais velho—D. Pedro de Alcântara—achava-se já a esse tempo imperador do Brasil, que descendêra de Portugal. O mais moço—o infante D. Miguel—estava como que exilado em Viena d'Austria. Ambos, porém, tinham em Portugal um partido, sendo que o de D. Pedro argumentava com os direitos de primogenitura d'este príncipe, e o de D. Miguel objectava que, tendo D. Pedro cingido extemporaneamente a coroa do Brasil, erecto em império independente, perdera a qualidade de português, e assim ficava inibido de reinar neste reino, em cujo lei fundamental se lia esta expressa disposição: *Nunquam saltem nostrum Regnum ita fore de Portugalensibus.*

É o mais notável é que os próprios liberais de 1820 foram os primeiros a declarar que o príncipe D. Pedro, pelo caminho que seguira desde 9 de janeiro de 1822, e de que se não afastou depois até se consummar a independência do Brasil, marchava em linha recta à perda dos seus direitos e se tornava incapaz de succeder a seu augusto pae no throno de Portugal. Recordemos algumas palavras dos patriotas da liberdade entre nós.

.....
Na mesma sessão dizia outro deputado, Soares Franco:

«Mas se o príncipe não quer obedecer à soberania nacional e a si-mesmo seu pae, se quer fazer sua outra nação, então claro é que é refractario, dissidente e rebelde, e n'esse caso é necessario que nós tomemos outro caminho, e que vejamos quem nos ha-de governar e succeder na coroa.»

É que estes deputados haviam estudado a nossa historia e sabiam bem qual o direito, pelo qual se se regera sempre entre nós a successão do throno.

.....
Não tinha elle ainda a esse tempo consummado a sua desnaturalização, por um acto solenne, qual foi a erecção de um novo império e a promulgação da Constituição brasileira, em que formalmente renunciava a sua qualidade de português.

Tinha porém escripto a seu augusto pae: «Embora se decreta a minha desher-

ção, embora se commettam todos os attentados, que em ziela zarchanarios forem fallados, a causa santa não retrogradará, e eu antes de morrer direi aos meus caros brasileiros: Vede o fim de quem se expõe pelo *pebro*, o matai-me! Vossa Magestade mande-me, que digo?!? mandam as cortes por V. M. que eu faça executar o execute seus decretos. Pra eu os fazer executar, o executar era necessário que *são brasileiros livres* obedecessem a fiação. Respondem em duas palavras: Não queremos!... Firmes n'estes insubalváveis principios, digo (tomando a Deus por testemunha e ao mundo inteiro!) a essa *causa suspensiva*, que eu como regente do reino do Brazil, e sou defensor perpetuo: Rei por bem declarar todos os decretos prebiteros d'esses facinorosos, horribrosos, machavellicos, desorganisaadores, odiandos e pastiferos cortes, que ainda não mandei executar, e todos os mais que fizerem parr o Brazil, nullos, irritos e inexecutivos, e como isso com um voto absoluto, que é suscitado pelos brasileiros todos, que unidos a mim me ajudam a dizer: — *De Portugal, nada, nada, não cessasse nada*. Se esta declaração tão franca irritar mais os inimicos d'esses Lous-Begachos, que mandam tropa aquetrida e enxada na guerra civil, que lles facemos ver qual é o valor brasileira. Se por decreto os ativerem a contrariar essas *causa santa*, vou eu breve o mar scallado de corsarios, e a miseria e a fome, e todo quanto lles podemos dar em troco de tantos beneficios, será partido contra esses corifeos. Triunfa e triunfará a independencia brasileira, ou a morte nos ha-de castar. O Brazil será escravizado, mas os brasileiros não, porque sempre houver sangue em nossas veias ha-de correr, e principalmente ha-de conhecer malher o *Rapazido* e a até que ponha chego a sua capacidade, etc...

«Peço a V. M. que mande apresentar esta ás Cortes etc... Sou de V. M. com todo o respeito — Filho que muito o ama e subdito que muito o venera — *Pebo*»

Tinha o mesmo principio D. Pedro trahido os seus juramentos — Sellados com o seu proprio sangue — merecendo por isso a seguinte abjurção do deputado Moura:

«Desde junho do anno passado até ao fim de janeiro d'este anno, se accebo se tratava de perdido da independencia (do Brazil), sempre o principio dizia — que este partido não havia levantar cabeça, não só porque não era vontade geral do Brazil, mas por que emquanto elle se achasse rodeado d'aquella tropa leal e brava, acella facil serem todos feitos em pastas; e de uma vez, senhores, assim o protestou, assim o jurou a sua pae com tão ardente fervor, que chegou o seu fanatismo a rasgar uma das suas veias, e apartando seu proprio sangue sellar com elle este protesto e este juramento. E' a carta de 4 de outubro, *causa em si e sempre real do principe D. Pedro de Alcantara sellado e seu juramento*? Pois, senhores, este mesmo principio D. Pedro escreveu a sua pae a 14 de março, e diz estas notaveis palavras sobre a independencia: — «Se a tropa (falla da expedição ultima, que de lá nos revertem) desambarcasse, a decisão seria certa, e então a independencia nos faria apparecer, bem contra minha vontade *sem consentir*... — Que mais desajas saber?»

Tinha mais o mesmo principio D. Pedro desajado guerra contra seus naturaes, não só no decreto de 1 de agosto de 1822, em que se ordenava que fossem recolhidas como inimigas e se *ficasse em guerra* ás tropas da mãe patria, mas tambem em varias proclamações como a seguinte:

«Habitantes do Rio Grande de S. Pedro! Proximamente a cabirem em total ruina otto essas phalanges lusitannas, que ainda exovallham a maldadada cidade da Bahia. Cereadas pelo bravo exercito e esquadrá brasileira serão precipitadas no abysmo, que taceu o seu orgulho e que merecem seus crimes. Ai d'elles! O mundo conhecerá com mais um axetemplo que não se ataca impunemente a independencia de uma terra brama...»

«Habitantes do Rio Grande! Reuni-vos, empunhai a espada, vá para longe os morra *causa* não quer ser brasileiro e subdito do imperador D. Pedro I.»

«O ferro, o pó e a morte cubram os inimigos, que ainda pizam vossos territorios; remediar-se *causa* as independencias e libertações.»

Tudo isto, e muito mais ainda, que por brevidade omitimos, havia feito D. Pedro contra os seus naturaes e contra a sua patria, tornando-se réo do crime de leso *causa*, ao qual, pela Ordenação do Livro x, Titulo xi — correspondia a pena de

POLITICA

morte natural cruel e de confiscação de bens, ficando indefesos todos os que da sua linha descendessem. Não admira pois que os liberais de 23, olhassem com horror para os criminosos actos do príncipe, e que empregassem contra elle uma linguagem enérgica, mas justa, como a que vai ouvir-se!

«Grande é por certo a mancha, que em si tem lançado esta desgraçada principia! A expedição, que o fôra, conduzir á Europa em virtude da sua mesma representação, recebida hostilmente, por entre marroes accessos e guarnições a postos; a divisão auxiliadora inculcada como inimiga... não disse tudo, como bandeiros e salteadores, que só fazem o bem por medo e não por honra; guerrilhas brasileiras insustentadas contra suas próprias insupezas... Senhores, apartemos a vista de tão horreroso quadro!»

A renúncia de D. Pedro á corôa de Portugal consummou-se pouco quando elle scizou e jurou as instituições liberais do Brazil, que o excluíam da successão de Portugal e a toda a sua descendencia nascida n'aquelle imperio antes e depois da sua separação da metropole. O mesmo D. Pedro chegou a comprehender que, em taes termos, não podia ser rei de Portugal; e por isso, em 15 de julho de 1823 accretava o que se seguiu:

«Eu não quero mais nada de Portugal; é incompativel com os interesses do Brazil que eu seja rei d'este ultimo reino.»

E accrescentava:

«A nação portugueza scilicet da sua independencia e exigida de mim uma prova irrefragavel de meu desejo de a ver para sempre separada da nação brasileira, nos serido declarar que já não tenho pretensão alguma, nem direito á corôa de Portugal.»

Eis aqui pois como se apresentava a questão da successão ao tempo da decesso d'el-rei D. João vi. Os liberais, que cercavam este monarcha nos seus ultimos momentos, e que redigiram o decreto de 6 de março, não ouseram profetir o nome do herdeiro e successor da corôa, limitando-se apenas a usar uma phrase ambigua, imagen da duvida e incerteza, em que elles próprios laboravam.

Duvida e incerteza disseram, conquanto talvez fossemos mais exactos afirmando que non elles mesmos criam nos direitos de D. Pedro, depois do que lhes ouvimos declarar nas sessões das cortes a que acima havemos alludido.

Pensassem porém como pensassem os liberais no intimo das suas consciencias, como o respeito e a homenagem á lei e ao direito nunca foram o forte da eschola, desde certo tempo elles se haviam voltado para o imperador do Brazil, para o antigo republicão haes, porque só n'elle riam um sujeito azado para realizar as mudanças politicas, que almejavam, e a cujo conseguinte estavam dispostos a sacrificar toda, mesmo a coherencia e dignidade propria, e a honra e a tranquillidade da patria.

Logica de ferro, contra a qual nada valem sofismas e subterfúgios!

Outro valor tem este livro: o de provar á evidencia os legitimos e já agora indubitaveis direitos ao trono de Portugal, do saudoso Rei o Senhor D. Miguel I, augusto avô do Senhor Rei Dom Duarte II, e pa tentear, claramente a hipocrisia liberal.

R. d'A.

ao ritmo da Ampulheta

BOGA & C.^a

Os engulhos que a solução da *Questão Romana* causou nos nossos livres-pensadores ainda persistem.

E compreende-se. Com a queda do poder temporal dos Papas em 1870, a Maçonaria julgou ter aniquilado a Igreja para sempre. Cincuenta e nove anos depois, apesar do predomínio maçónico, das leis laicas, da perseguição à Igreja, o renascimento católico é visível, o prestigio internacional do Papado é maior do que nunca e a força espiritual por elle representada é reconhecida pela própria Itália.

Era de mais! Por isso se amosquina o acôrdo de Latrão que nos dois aspectos de tratado *internacional* e de concordata representa para a Igreja um grande triumpho, sem que a Itália de Mussolini possa considerar-se derrotada.

A restauração do Estado Pontifício, numa área pequena ou grande, pois o que mais interessa é o aspecto juridico da questão, que a Lei das Garantias tinha postergado, era a reivindicação permanente dos Pontífices Romanos. Alcançou-se essa reivindicação. O Papa, na cidade do Vaticano, é soberano, possuindo todos os elementos da soberania: poder organizado, território e população.

Há, finalmente, a Concordata que concede à Igreja direitos de que ella não goza em qualquer outro país.

Mas Mussolini, que não é católico e sacrifica ainda ao espirito cesarista romano, falou e, apesar da sua intelligência, usou duma linguagem bastante desagradável para os católicos, embora reconhecendo o enorme valor social do Cristianismo. O preconceito estatista levado ao exagero não lhe permite vêr sempre as coisas com clareza.

Reconhecendo, porém, que se tinha excedido, Mussolini, num novo discurso, rectificou algumas afirmações do primeiro discurso.

Mas o sr. Canacho-Boga, acolhido à sombra do Seculo judeu, não deu (?) por êste novo discurso, e com a sua gross

seira chalça de semi-analfabeto, exultou de alegria com as frases do Duce menos agradáveis para os católicos, repetindo dislates que qualquer intelligência séria se envergonharia de proferir neste ano de 1929.

Simplemente, o dito sr. Boga, sem elevação para mais, não reparou que os factos inuditeis são estes: está constituído o Estado do Vaticano, cuja área pouco importa para quem, com a soberana territorial, apenas quero ter assegurada a independência espiritual; com a Concordata, a religião católica foi reconhecida como religião official do reino de Itália, o casamento católico obriga o casamento civil, a instrução religiosa volta às escolas, e a acção católica é rodeada de todas as facilidades.

Estos é que são os factos.

E há mais ainda: o velho Estado democrático e maçónico cãl em ruínas e Cristo reina de novo nas almas, leito na pátria de Cavour e Garibaldi!

Se mais algumas dúvidas restassem, o sr. Canacho, digão êmaldo do inaquecível Boga, podia vêr no discurso de Mussolini, que comenta com riso amarello, afirmações anti-maçónicas com tal severidade e energia que devem pôr os cabelos em pé aos amoucos da fêmeira e criminosos sella dos três postifhos.

Unde o espirito maçónico não reina, com as suas intrigas e discórdias, facilmente e com lealdade se resolvem os problemas.

Esta é que é a lição a aproveitar, sr. Canacho. E outra ainda que não se deve perder: é que o mesmo cidadão foi chefe do partido mais *conservador* da República...

L. R. A.

A NAÇÃO ORGANIZADA

O sr. comandante Henrique de Paula Conceição acaba de pôr à venda o 2.^o fasciculo do seu trabalho *Subsídios para a obra de ressurreiçmento nacional*, a que deu o nome «*A Nação Organizada*».

Ao illustre Militar agradecemos a gen-

iliza com que nos distingue cidadãos nos lato seu último trabalho, e bem sendo o 1.º fascículo desta mesma obra — *O Estado Nacional*, publicada em tempos.

TRANSCREVENDO...

.....
D'ailleurs, le roi Manoel est un «prétendant» qui ne prétend point revenir, et il n'a pas d'enfants. (1)

.....
Le général Carmona n'a ensuite autorisé à lui parler de politique.

Avec quelque crainte d'être indiscret, j'ai demandé :

— Avez-vous, Excellence, l'intention d'établir plus tard, en Portugal, une forme quelconque d'Assemblée nationale, comme en Espagne par exemple ?

La réponse vient très nette :

— Certainement. Mais pas dans les formes de l'Espagne où l'Assemblée est l'émanation du gouvernement dictatorial lui-même. Nous ferons comme notre assemblée par le peuple.

— Par le suffrage universel ?

— Oui, par le suffrage universel... Mais plus tard seulement. Le moment n'est pas encore venu. Il faut assurer d'abord l'ordre et la tranquillité d'une façon définitive.

— M'autorisez-vous à redire cette déclaration aux coloniaux belges ?

— Certainement. Tant que vous voudrez... (2)

.....
«Como quem cumpre um destino, continuaremos a avançar. Se tempo raro, sigam-nos; se não a temos, emendem-nos para nos rendermos à verdade.» (3)

(1) — *Novos Dias* — Ganga et Angola, Bruxelles, 1925, pg. 25.

(2) — *Idem*, pg. 26.

(3) — *Diário Republicano* — *Estado Nacionalismo* — Lisboa 1926, pg. 136.

AFFIRMAÇÕES DA QUINZENA

A missão educadora corresponde sobretudo e em primeiro lugar a Igreja e à família e corresponde-lhe de modo indelével e irrevogável.

O Estado não pode nem deve desinteressar-se da educação dos cidadãos, mas sómente para ajudar onde o indivíduo e a família pouco podem fazer por si sós.

O estado não deve assaltar, decorar ou aniquilar a família, o que seria absurdo e contra a natureza. A família é anterior à sociedade e ao Estado.

(Do discurso de S. S. Pio XI nos alunos do Colégio de Mondragon)

Até alguns dos feitos de D. João V mudam atribuídos ao Marquês por certos romancistas da história, cuja opinião preconcebida lhes tolhe por completo a visão da verdade e o acerto na crítica.

Para estes, D. João V foi apenas um libertino e perulário devoto, esquecendo ou ocultando que também datam da seu reinado o Aqueduto das Águas Livres, a Praça de Campo Maior, a nova enfermaria do Hospital das Caldas, os arsenais de Lisboa e Estremoz, a Casa da Moeda, a Biblioteca da Universidade de Coimbra, a canalização do Tejo e a via da Azambuja, a reparação de pontes e estradas, a criação da Academia Real da História, o impulso dado ao estudo da medicina, da matemática, da topografia e encadernação, e de uma forma notável de todas as Belas Artes.

(Das «Novidades» de 18-5-1929)

No meio do século XVIII, ailtava-se o Brasil entre as colônias mais prósperas e bem governadas da América. Portugal, não obstante seus pequenos recursos, fizera do Brasil uma colônia tropical de povoamento, conseguido o que limitis tentara e laglaterra na zona tórrida do planeta, o que a Holanda jamais pôde realizar. Para o povoamento português do Brasil e para o povoamento inglês dos Estados Unidos, contribuíram as duas metrópoles muito diversamente. Caidos logo Portugal da sua colônia, trinta anos depois do descobrimento e nunca mais abandonou a sua

empresa política, dirigida quinze anos apenas pelos donatários que se sacrificaram respeitando o seu compromisso, e pelos governadores gerais que, durante dois séculos e meio, em número de quarenta e oito, fizeram presente o governo da metrópole na vasta colónia sul-americana, cuja unidade administrativa fez do imenso litoral brasileiro a linha marítima de uma só nação.

...Na zona térrida do Planeta nenhum outro povo criou situação universal melhor do que a do Brasil, Portugal, forçando a sua grande colónia de po-

vamento em plena região tropical, fez obra de civilização que a Inglaterra e a Holanda jámal realizaram. A Portugal devemos não ter sido o Brasil uma colónia de exploração, à maneira da Bacia do Congo, da Guyana, Jamaica, Somatra ou Java, com povoamento africano ou asiático, semelhante ao favorecido pela Inglaterra nas suas colónias tropicais da América Central.

DR. PIRES DO RIO, governador de S. Paulo (Brasil)

De «O Século» de 20-5-929

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Livros

«Fera de astas» — J. A. Pires de Lima — Arauto e Sobrinho Sac. — Porto 1921.
Recebemos e agradecemos este notável trabalho do Sr. Prof. Pires de Lima a que logo que nos seja possível faremos a merecida referência. Desde já o recomendamos tendo a consciência de que cumprimos um dever a todos os estudantes portugueses.

Revistas

«Napão Portuguesa» — Fasc. 9.º brilhantemente colaborado por Francisco Ecliz, Santos Coelho, Prof. Cabral de Moncada, Marcelo Castano, Rodrigo de Sá Nogueira e Manoel Martins.

«Brutéria» — Os números de Abril, Maio e Junho. No 2.º de Maio «Brutéria» apresenta a melhor crítica que ainda vimos a «O Último Olhar de Jesus». Crítica realmente notável.

«Agras» — N.º 1, 2, 3, 4 do 5.º ano (1929).

«Gü Viceute» — N.º 5 e 6 do 4.º volume.

Jornais

«O Corneio» — Importante semanário regionalista da Beira a quem «Política» agradece de mais uma vez as amáveis referências feitas desde as maiores prosperidades.

«Correio de Coimbra».

«Correio da Sab».

«Tras os Montes».

«O Autossónico» — brilhante semanário agrossano que se publica em Vila Franca do Campo, refere-se ao nosso aparecimento com palavras que muito agradecemos e de que nos permitimos transcrever o seguinte:

... «Mas a revista tem predicados para se impor á admiração de todos. Esplendida sob o aspecto gráfico a «Política» lança-se com brilho, desassombro e galhardia na arena das lutas políticas em defesa duma doutrina que, se é rotunda de entusiasmos e dedicações entre a inestada estudiosa pouco favorece as ambições e os interesses pessoais.

Fazemos os mais sinceros votos para que o público saiba corresponder nas nobres intuições dos dirigentes da nova revista e compassar-lhes com o seu apoio moral e material as dificuldades que lhes hão de surgir no caminho a trilhar.

E... avante e pela Pátria!...»

A «O Autossónico» com os protestos da nossa melhor camaradagem os nossos mais vivos agradecimentos.

«28 de Maio» — Começou a publicar-se no Porto, sob a brilhante direcção dos nossos ilustres amigos Dr. Angelo Cesar e Augusto P. de Lima este interessante semanário nacionalista.

«Política» com os protestos da melhor camaradagem deseja ao «28 de Maio» as maiores prosperidades e uma longa vida para bem da nossa querida Pátria.

INTEGRALISMO LUSITANO

Em reunião da Junta Escolar de Lisboa foi nomeada a direcção do Núcleo da Faculdade de Medicina com a seguinte distribuição:

Núcleo de Medicina

Presidente — *E. Botelho de Gusmão*

Vice-presidente — *C. Gomes Pedro*

Secretários — *Duque Colado*

Rodrigues Cardoso

Tesoureiro — *Francisco Esteves*

A JUNTA ESCOLAR

POLITICA recomenda a todos os seus camaradas e amigos os livros

"Dois Nacionalismos" — Hipolito Raposo.

"A Realeza de D. Miguel" — D. Miguel Sotto-Mayor.

"Da Hera nas Colunas" — Antonio Sardinha.

Ninguém como nós, no longo crepúsculo que envolve os destinos do Mundo e da Civilização, possui motivos de firme e elevada esperança.

ANTÓNIO SARDINHA

CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

PARTOS - SIFILISCONSULTAS - Largo José Fontana, 12-3.^o

Às 16 HORAS

DR. MÁRIO CARDIA

MÉDICO DOS HOSPITAIS

Doenças das mulheres. Partos. Cirurgia.

Tratamentos por raios e electricidade

AVENIDA DOS ALIADOS, 41, 2.^o - PORTO

TELEF. 4087

MIRA DA SILVA

MÉDICO

AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.^o

LISBOA

DR. COSTA FELIX

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

CONSULTAS

LISBOA - Rua 18 de Setembro, 20 - Tel. 41.518

ÀS 14 H.

SOPRADO: R. Paulo Sousa

ÀS 17,30 H.

AFONSO LUCAS

ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 76, 2.^o

TELEFONE C. 642

LISBOA

Sebastião Perestrello Guimarães

ADVOGADO

Escritório - RUA DO OURO 124, 2.^o, D.

TEL. C. 2678

MARTINHO NOBRE DE MELLO

ADVOGADO

RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.^o

Telef. N. 4052

LISBOA

A. NUNES E SILVA

ADVOGADO

TEL. C. 642

RUA ARCO DO BANDEIRA, 76, 2.^o

LISBOA

Aos nossos leitores

Tendo sido espalhada tendenciosamente em Coimbra, a noticia de que «Politica» suspenderia agora a sua publicação, vimos oppor a tal atoarda um veemente desmentido aproveitando a occasião para pedir aos nossos prezados assinantes que nos comuniquem qualquer mudança de direcção.

No 5.^o numeroCAMÕES - *Hipólito Raposo*ARTE - *Mas o despertar principia - *Mendonça-Dias*NON PREVALEBUNT . . . - *Ruy d'Alvargem*

etc., etc.

No 6.^o numeroMUNICIPIO OU NÃO - *Luiz Chaves*FASCISMO E CATHOLICISMO - *Pequeto Rebelo*ANTI-NAÇÃO - *Ruy d'Alvargem*

etc., etc.

